

POLÍTICAS PÚBLICAS E LITERATURA (ou questões de (re)apresentação)

Carmélia Maria Aragão¹

RESUMO

A partir do conceito de *representação* (o ato de assumir o lugar do outro numa acepção política da palavra) e *re-apresentação* (o ato de performance ou encenação da fala) tratado por Spivak (2010) com o objetivo de pensarmos a Literatura como promotora de *espaços dialógicos* no combate à subalternização. Contextualizaremos a proposta de Spivak com o debate levantado por Martha Nussbaum (1995) sobre a importância da imaginação literária na vida pública, que traz a literatura como ferramenta principal para o desenvolvimento político e social.

Palavras-chaves: Literatura; (re) apresentação; subalternidade; espaço dialógico; imaginação.

RESUMÉ:

À partir de la notion de *représentation* (l'acte de prendre la place d'un autre dans le sens politique du terme) et la *re-présentation* (l'acte de performance ou de la mise en scène de la parole) abordée par Spivak (2010) afin de réfléchir sur la littérature comme élément promoteur d'espaces dialogiques dans la lutte contre la subordination. On fera une contextualisation de la pensée de Spivak avec le débat soulevé par Martha Nussbaum (1995) sur l'importance de l'imagination littéraire dans la vie publique, ce qui met en évidence la littérature comme le principal outil de développement politique et social.

Mots-clés: Littérature; (re)présentation; subordination; espace dialogique; imagination

Não foi somente a discussão sobre a postura do intelectual levantada por Spivak no livro (ou artigo) *Pode o subalterno falar?* (2010)², no original, *Can the subaltern speak?* (1988), que me levou a procurá-la como teórica; a resposta que poderia advir dessa questão, fez-me refletir como pesquisadora. Quem trabalha na área de estudos culturais e pesquisa sobre minorias étnicas ou determinados grupos postos à margem já se fez essa pergunta, como também já questionou seu próprio lugar de fala ao lado dessas pessoas ou na frente da Academia. Tratarei aqui dessas questões e colocarei minhas dúvidas e propostas. Mas antes, é preciso dizer que: não, o subalterno não pode falar.

A abordagem da subalternidade foi tratada no livro a partir da questão

¹ Carmélia Aragão faz doutorado na PUC - Rio pelo programa de pós- graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade. É também bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico/FUNCAP. Email: carmelia.aragao@gmail.com

² “O artigo ‘Pode o Subalterno falar?’ , foi publicado primeiramente em 1985, no periódico *Wedge*, com subtítulo “Especulações sobre o sacrifício das viúvas”, recebeu notória repercussão, principalmente após ter sido publicado, em 1998, na coletânea de artigos intitulada **Marxism and Interpretation of Culture (...)**”. (c.f ALMEIDA, 2010: p. 12)

sacrifício das viúvas na Índia, um ritual chamado *sati*. Spivak descreve duas formas de discurso criadas em torno dessas mulheres sacrificadas. O primeiro é opressão da própria tradição hindu que torna a mulher um objeto do marido. O segundo está na literatura de língua inglesa, com o olhar displicente homogeneizante acerca daqueles que não faziam parte da elite colonizadora. Os nomes das viúvas sacrificadas, muitas vezes, não eram grafados na pira do sacrifício, ou os poucos que foram, perderam-se na violência epistêmica de uma tradução suja, virando um folclore sobre aqueles seres exóticos. Para a autora, esses dois discursos formam uma parede onde se encerra o subalterno, no caso, a viúva indiana que nunca pôde reivindicar seu lugar de fala.

A partir desta ilustração, Spivak alerta para o perigo de se construir o outro e o subalterno apenas como objeto de conhecimento por parte dos intelectuais que almejam meramente falar pelo outro. Ela critica a postura do intelectual do “terceiro mundo” que recorre às matrizes teóricas, no caso, europeia e, ao fazer isso, é “cúmplice³” do discurso hegemônico, pois as estruturas de poder e opressão vão sendo apenas reproduzidas, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço onde possa falar, principalmente, no qual possa ser ouvido.

Antes de utilizar o exemplo do *sati*, Spivak faz uma longa crítica à matriz europeia francesa, especificamente, a Foucault e Deleuze.

Argumentarei em favor dessa conclusão considerando um texto de dois grandes expoentes dessa crítica: ‘Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze’. [...] ambos os autores ignoram sistematicamente a questão da ideologia e seu próprio envolvimento na história intelectual e econômica. (SPIVAK, 2012: p.26-27).

A Índia e o Brasil hoje estão juntos na classificação econômica, fazem parte do bloco dos “países emergentes” com grande potencial de consumo: os BRICS. No passado, também fomos colonizados e também sofremos perdas irreparáveis. No entanto, as consequências do colonialismo na Índia ou na China, que são culturas já estabelecidas e têm seus fundamentos baseados em várias hierarquias e tradições, ocorreram de uma forma que leva Spivak, hoje, a traçar uma linha de pensamento sociológico ou filosófico para desenvolver sua abordagem da subalternidade pertencente

³ “Diante da possibilidade de o intelectual ser cúmplice na persistente constituição do Outro como a sombra do Eu [*Self*], uma possibilidade de prática política para o intelectual seria por a economia sobre rasura, para perceber como o fator econômico é tão irreduzível quanto reinscrito no texto social.” (SPIVAK, 2012: p. 59-60).

ao contexto que lhe cabe como hindu. No Brasil, o processo de colonização misturou de tal forma, colonizador e colonizado, a partir do extermínio das populações locais, por exemplo, e, cujas consequências, por muitas razões, não nos levaram a uma abordagem da subalternidade hoje, da mesma forma que Spivak e a crítica pós-colonial⁴.

Como falei no início, não foi somente a crítica sobre a postura do intelectual diante do Outro que me chamou no texto de Spivak, foi principalmente a distinção do termo “representação”. A autora nos traz dois sentidos dessa palavra em alemão – *Vetretung* e *Darstellung*: o primeiro, se refere ao ato de assumir o lugar do outro numa acepção política da palavra, e o segundo, a uma visão estética que prefigura o ato de performance ou encenação. Na análise de Spivak, há uma relação intrínseca entre o “falar por” e “re-presentar”, pois, em ambos os casos, a representação é um ato de fala em que há a pressuposição de um falante e de um ouvinte. Com isso, Spivak aponta para a tarefa do intelectual pós-colonial que deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele o faça, possa ser ouvido. Para ela, não se pode *falar pelo* subalterno, mas pode-se trabalhar *contra* a subalternidade.

Na arte, mais especificamente, na Literatura, os espaços dialógicos, de representação e *re*-representação emergem de forma mais clara. A voz dos seres colocados à margem surge impressa em livros, folhetos, vídeos, reivindicando, ou seja, traçando sua identidade, seu modo de ver e viver o mundo ao redor, *redescrivendo-se*⁵. De imediato, lembro-me de Férrez e do livro *Capão do Diabo* (2000). De uma forma ou de outra, a Literatura pode colocá-lo em um espaço de diálogo onde ele fala e é ouvido, onde ele representa a voz da periferia de São Paulo e, ao mesmo tempo, coloca-a em cena (re-presentando-a).

No entanto, no dia 08 de outubro, na abertura da Feira do livro de Frankfurt, a maior feira literária do mundo, o escritor brasileiro Luiz Ruffato chocou as autoridades locais e a delegação brasileira presente no evento com um duro discurso sobre as desigualdades do Brasil. Entre tantos exemplos e algumas experiências, a fala de Ruffato, além de ser polemicamente recente, também se direciona ao ponto onde quero chegar para justificar o título deste texto e cujo tema é Literatura e políticas públicas.

⁴ Paulo Freire já fazia uma abordagem da subalternidade, na década de 70, referindo-se ao “oprimido” ou ao “desenraizado” como aqueles que não possuem nenhuma autoridade semântica.

⁵ *Redescricao* é o termo utilizado por Richard Rorty para questionar os discursos legitimadores sobre a existência de uma forma **verdadeira** (única) de se conceber (dizer) o mundo.

Primeiramente, o escritor se coloca como alguém que produz literatura na periferia do mundo, em um país cuja língua não tem grande alcance, e que, ironicamente, escreve para um número, cada vez mais, restrito de leitores dentro de seu próprio território. Ruffato chama atenção para nossa incapacidade de nos colocar no lugar do outro, diz que vivemos o dilema do ser humano que é o de lidar com a dicotomia eu/outro. Uma vez que a afirmação de nossa subjetividade se verifica através do reconhecimento do outro, é a alteridade que nos confere o sentido de existir. Porém o outro é também aquele que pode nos aniquilar. E, mais à frente, no último parágrafo, o autor toca no ponto, no qual muitos dos que estão aqui, que escolheram o caminho não tão economicamente rentável das humanidades acredita: no papel transformador da literatura. De origem humilde, o escritor poderia ter o mesmo destino dos que estavam com ele, o de permanecer, mas encontrou na literatura a possibilidade de um espaço dialógico pela sua capacidade de *autocriação*.

Eu acredito, talvez até ingenuamente, no papel transformador da literatura. Filho de uma lavadeira analfabeta e um pipoqueiro semianalfabeto, eu mesmo pipoqueiro, caixeiro de botequim, balconista de armarinho, operário têxtil, torneiro-mecânico, gerente de lanchonete, tive meu destino modificado pelo contato, embora fortuito, com os livros. E se a leitura de um livro pode alterar o rumo da vida de uma pessoa, e sendo a sociedade feita de pessoas, então a literatura pode mudar a sociedade. Em nossos tempos, de exacerbado apego ao narcisismo e extremado culto ao individualismo, aquele que nos é estranho, e que por isso deveria nos despertar o fascínio pelo reconhecimento mútuo, mais que nunca tem sido visto como o que nos ameaça. Voltamos as costas ao outro – seja ele o imigrante, o pobre, o negro, o indígena, a mulher, o homossexual– como tentativa de nos preservar, esquecendo que assim implodimos a nossa própria condição de existir. Sucumbimos à solidão e ao egoísmo e nos negamos a nós mesmos. Para me contrapor a isso escrevo: quero afetar o leitor, modificá-lo, para transformar o mundo. Trata-se de uma utopia, eu sei, mas me alimento de utopias. Porque penso que o destino último de todo ser humano deveria ser unicamente esse, o de alcançar a felicidade na Terra. Aqui e agora” (RUFFATO, 2013).

No entanto, com exemplos citados de Luiz Ruffato ou de Férrez podemos nos perguntar: e se levássemos esse “poder transformador” da Literatura para todos? Em primeiro lugar, não vamos pensar que ao entrarmos em contato com a literatura todos seremos escritores, poetas ou filósofos e assim, construiríamos um mundo melhor. Em segundo lugar, não podemos acreditar cegamente em um “poder transformador”, nos tornaríamos fundamentalistas. Como se disséssemos, parodiando o maravilhoso Augusto Matraga: “a literatura tem que mudar as pessoas nem que seja a porrete”. Quer dizer, a Literatura passaria a servir a um projeto, a um único objetivo, erro comentido pelos regimes totalitários e cujas consequências são desastrosas.

O que podemos fazer é uma *aposta*⁶ na qual podemos ganhar *ou não*. Porque Literatura é arte. E como toda obra de arte, ela é uma experiência estética tanto para quem faz como para quem recebe. E, contraditoriamente, por não ter nenhum objetivo, por “não servir para nada”, que ela rompe a mecânica do cotidiano, criando espaço à contingência, para o poder da autocriação, por meio de algo que pode nos parecer banal: a imaginação.

Leio há algum tempo sobre políticas de desenvolvimento humano. A *política de desenvolvimento humano*⁷, segundo o próprio idealizador, Amartya Sen, foi pensada a fim de propiciar o exercício das liberdades, dando aos indivíduos a possibilidade de escolher a vida que gostaria de levar. Ou seja: uma sociedade que investe em educação, cultura, saúde, segurança, permite ao indivíduo a capacidade de pensar por si e de se empenhar por uma vida boa. E a literatura, onde apostamos nossas fichas, encontra lugar neste paradigma.

A teoria de Sen pensa a cultura de duas formas. A primeira como um setor cultural que agrupa as atividades e produtos derivados dessas atividades artísticas e criativas. Ele ressalta que a criatividade é vista como a principal alternativa para o desenvolvimento humano e social. Sen discorda da ideia dos paradigmas econômicos anteriores que valorizavam a criatividade voltada apenas para a economia e a tecnologia. A segunda forma de pensar a cultura, para ele, está sob a perspectiva socioantropológica de que a cultura não se restringe apenas a produção artística, mas representa também um conjunto de valores que estão presentes em todas as interações sociais. Quer dizer: “Toda atividade humana é a expressão de uma cultura que a atravessa e é esta que nos permite dar sentido e valor às atividades humanas em termos relativos⁸”.

Para Martha Nussbaum⁹, filósofa norte-americana e companheira de Sen em sua abordagem das *capacidades*. Ela acredita que seria necessária uma lista de funcionamentos ou de propriedades essenciais que, juntamente com Sen, transformaram-se na lista das “capacidades humanas básicas” que, resumidamente, são: vida; saúde; integridade física; sentidos, imaginação e pensamento; emoções; razão

⁶ O termo “Aposta” aqui pertence ao contexto utilizado por Marcel Mauss em **Ensaio sobre a Dádiva**. Para ele sem a aposta, não existiria o dom e, portanto, não haveria sacrifício, gratuidade, generosidade e, muito menos, liberdade.

⁷ C.f. GUARÍN, 2012.

⁸ Idem.

⁹ C.f. CHAVEL, 2013.

prática; afiliação; outras espécies; jogo; e controle sobre o seu entorno.¹⁰

Segundo Nussbaum investir nas humanidades é investir em seres humanos, homens e mulheres, capazes de refletir sobre seu papel como cidadão. Nussbaum aposta na imaginação como a capacidade que devemos desenvolver para criar esses indivíduos. Porque a imaginação¹¹, como capacidade, move-nos a pensar a partir do lugar do outro, ajuda a sermos um leitor de vidas, compreendendo emoções, angústias, aspirações, desejos do outro em determinadas situações. É dessa forma que podemos tirar a Literatura da esfera privada e levá-la para a esfera pública.

Portanto, ao reconhecer a imaginação como uma capacidade humana básica, deve-se trabalhar para que todos possam usufruir dela, da mesma forma que a saúde é também uma capacidade humana básica e se trabalha na implementação de políticas públicas de acesso a programas de medicina preventiva, por exemplo. No caso da imaginação são as políticas públicas de acesso ao livro, à leitura literária, a cultura, tudo que possa estimulá-la. Porque só assim poderemos ouvir vozes dissonantes como o discurso de Luiz Ruffato e a voz de tantas outras pessoas que conhecemos, que estão ao nosso lado sem tribuna, sem microfone, plateia, mas que se colocam em cena.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart de. “Prefácio – Apresentando Spivak” In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart de Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010; p. 7-21.
- CALDER, Gideon. **Rorty e a Redescrição**. Trad. Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: UNESP, 2006.
- CHAVEL, Simone. “L'utilité sociale des humanités” Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/L-utilite-sociale-des-humanites.html>, Consultado em 01/06/2013.
- GUARÍN, Sergio. “Reflexiones sobre indicadores de leitura” in texto produzindo a pedido do CELALC em 04/09/2012.
- NUSBAUM, Martha, “La imaginación literaria en la vida pública” In **ISEGORÍA: Revista de Filosofía Moral y Política** n° 11, 1995, p.42-80.
- _____. **Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2007.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. Trad. Antônio Felipe Marques. Edições 70: Lisboa, 2008.

¹⁰ Tradução minha a partir de NUSSBAUM, 2007.

¹¹ NUSBAUM, Martha, “La imaginación literaria en la vida pública” In **ISEGORÍA: Revista de Filosofía Moral y Política** n° 11, 1995, p.42-80.

RUFFATO, Luiz in “**Discurso de aberto da Feira de Frankfurt**”, Disponível em:: <http://www.estadao.com.br/noticias/artelazer,leia-a-integra-do-discurso-de-luiz-ruffato-na-abertura-da-feira-do-livro-de-frankfurt,1083463,0.htm> Consultado em 08/10/2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart de Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa –Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.